

Categorizando os Números para Identificar a Construção de Sentido na Notícia¹

Olívia Bulla²

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP

Resumo

Este artigo apresenta a possibilidade de se aplicar uma ferramenta teórico-metodológica nos estudos da linguagem e da análise do discurso, com base no uso dos números para simular um sentido de verdade no texto jornalístico, servindo como argumento para construção da objetividade. Por meio de três categorias a serem apresentadas, após evidenciar a relevância do assunto no debate sobre linguagem e produção de sentido em Comunicação, as reflexões da pesquisa de Mestrado, concluída em 2015, mostram como os números e as rotinas produtivas podem ser determinantes na construção da notícia e do olhar do jornalista. Por isso, é preciso saber reconhecer essas falsidades numéricas no Jornalismo e a criação dessas categorias de análise busca facilitar a identificação das distorções no discurso por meio da forma como o número é apresentado na notícia.

Palavras-chave: números; notícia; objetividade; trabalho; jornalismo.

Introdução

A verificação de que, no geral, os números são usados para simular um sentido de verdade no texto jornalístico, servindo como argumento para construção da objetividade, combinada com a constatação de que as rotinas de trabalho e as práticas produtivas permitem, e até incentivam, ao enunciador usar esse recurso na interpretação dos fatos sociais e na veiculação de notícias, levou à possibilidade de se aplicar uma ferramenta teórico-metodológica capaz de reconhecer as falsidades numéricas no Jornalismo.

Partindo-se das suspeitas de que a quantificação da informação através dos números ajuda a construir a versão que se quer do fato, com o consentimento dos processos produtivos do Jornalismo, buscou-se apreender, empiricamente, a evidência dos números no discurso jornalístico, por meio de um *corpus*, composto por elementos que detectaram o objeto de pesquisa. Esse *corpus* consistiu em reportagens publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, doravante *Estadão*, referentes às manifestações sociais contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo, em junho de 2013 e, um ano depois, quando protestos foram retomados em meio à Copa do Mundo no Brasil.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, email: contato@oliviabulla.com

A escolha pelo jornal se deu pela facilidade para levantar o material empírico necessário, devido ao vínculo profissional em uma das empresas do grupo, à época. A análise desse *corpus* completo, com duas amostras distintas, foi feita sob a ótica da presença do Outro e com um discurso clivado pelas ideologias. Dentro dessa perspectiva, considerou-se ainda as obras de Mikhail Bakhtin e seu Círculo, que vê que o sujeito tem uma relação com o meio ao seu redor e seus discursos e vê a linguagem como um processo de interação dialógica na corrente histórica dos discursos.

Essa avaliação foi confrontada com as observações das rotinas produtivas dos jornalistas, por meio de entrevistas com alguns dos autores que mais se repetem entre as reportagens selecionadas, o que permitiu entender como o produto jornalístico derivado dos números é tratado e como se dão as decisões que marcam o valor do número e sua representatividade no fato noticioso. E é exatamente a fim de identificar essa “aura de plausibilidade” conferida aos números para a construção de sentido que foi selecionado o *corpus*.

A partir desse material completo encontrou-se a materialidade do sentido dos números no discurso jornalístico, formulado com obediência às rotinas produtivas específicas. Essa coleta foi fundamental na compreensão de que o jornalista se trata de um sujeito que atua no mundo social, junto com a presença do Outro no discurso, produzido dentro de um contexto social e histórico.

Assim, parte-se do pressuposto de que no processo de produção da notícia há diversos modos de se dizer e, conseqüentemente, diversas formas de se interpretar o que é dito, permitindo com que os números ganhem a aparência de fatos e sejam aceitos sem questionamento. A percepção é de que há uma conexão convincente, pois o número parece preciso e oficial, eleito o eixo na relação entre o discurso de uma organização, suas normas gerais, e a aderência à prática do cotidiano, sua renormalização a partir da singularidade profissional.

O número é, portanto, o elemento que também revela as rotinas produtivas para alcançar a objetividade do Jornalismo, pois há uma predisposição em aceitá-lo, seja na produção ou na recepção. A análise buscou, então, compreender como os elementos linguísticos e extralinguísticos - aspectos históricos, sociais, culturais, ideológicos - se relacionam para a produção de sentido no texto e ganhou maior importância por retratar a cobertura jornalística de um fenômeno relevante de manifestação popular nacional.

A análise do *corpus* completo levou à confirmação da hipótese, de que o jornalista usa os números para sustentar um discurso, sem dar a importância devida ao contexto, e que o mundo do trabalho naturaliza todo esse processo de produção da notícia. Ao agir desse modo, a imprensa tende a procurar elementos que reforcem sua crença, amplificando um fato fabricado, por meio dos números. Por parecerem convincentes, os números são usados nesse sentido como um instrumento poderoso para apoiar um argumento, dando-lhe objetividade, e também para convencer o receptor, intimidando-o.

Trata-se de uma reconstrução da tese de que a sociedade é construída por relações concretas no processo histórico e as pessoas se relacionam tendo como materialidade os signos. Nesse sentido, a comunicação é um processo em que a estrutura simbólica é mediada pelo próprio contexto social objetivado e permeado pelas contradições e conflitos relativos ao momento histórico vivido.

1.2 Fatos e Dados

Ainda que ciente de que ao tentar categorizar os usos e apropriações dos números no âmbito da linguagem alguma estratégia de análise pode ficar de fora, parte-se da perspectiva de um não matemático, segundo a qual os números só são interessantes quando dão informações sobre o mundo, e considera-se que esse significado é criado através de elementos cruciais, como contextualização dos dados e aparente comparação entre pares, pois todo número com significado no mundo real está relacionado, ao menos implicitamente, a algum tipo de medição. Só assim os números tornam-se capazes de despertar o interesse do cidadão.

Seife (2012) lembra também que os números puros pertencem ao domínio dos matemáticos e a Matemática mostra como o número é um instrumento extraordinário para o conhecimento, a ponto de que, quando não se pode reduzir um fenômeno a um número, há certo vácuo na compreensão. Em contrapartida, da perspectiva de um não matemático, os números só são interessantes quando dão informações sobre o mundo, quando um número “adquire significado na vida cotidiana” (SEIFE, 2012, p. 12).

A fim de permitir que sejam colocadas em prática as reflexões da pesquisa, uma vez que se objetivou alcançar uma racionalidade - na qual essa construção de sentido pelos números no Jornalismo seja comprovada independente do assunto a ser analisado, revelando os modos do trabalho - foram criadas categorias de análise que buscam facilitar a identificação das distorções no por meio da forma como o número é apresentado na notícia.

Tratam-se de critérios de identificação e de separação do modo com que esse signo é tratado no texto, pois, na essência, o número é um objeto da Matemática que descreve certa quantidade e representa uma medição. Para criar essas categorias teve-se como ponto de partida as técnicas condensadas e apresentadas por Seife (2012), a saber, o “empacotador de frutas”, o “colhedor de cerejas” e as “comparações de bananas com laranjas”.

Segundo o autor, a técnica do “empacotador de frutas” embala os dados, apresentando-os de modo adulterado e permitindo que os números ganhem aparência de fatos, sendo aceitos. “Em vez disso, um ‘colhedor de cerejas’ seleciona os dados favoráveis a sua tese e os apresenta isolados” (*ibid*, 27). Há, ainda, o método com as “comparações de bananas com laranjas”, que pode ser o mais eficaz, ao fazer o falso parecer verdadeiro e o verdadeiro parecer falso.

Como exemplo, nota-se como o *Estadão* “empacotou” os números sobre presos, feridos e os prejuízos relacionados às manifestações de junho de 2013, adulterando o sentido dos protestos e dando a eles uma aparência de “*vandalismo*” e “*caos*”, como foco, principalmente, no “*trânsito*”. Por exemplo, a chamada de capa do *Estadão* em 7 de junho de 2013, um dia após a primeira mobilização contra o aumento da tarifa no transporte público em São Paulo, é dividida entre uma notícia econômica e a que se refere ao protesto.

No título e no texto, os números sobre a manifestação que “*parou*” a cidade de São Paulo são usados como recursos para quantificar a informação, ao citar a presença “*de cerca de mil pessoas contra o aumento da passagem de ônibus e metrô de R\$ 3,00 para R\$ 3,20*” que “*parou o trânsito de algumas das principais vias*” da cidade “*no horário de pico*”. Tratava-se, portanto, de um “*protesto contra tarifa*” de transporte público protagonizado por número nem tão grande de pessoas, mas que cessou o direito das pessoas (e dos carros) de mover-se, bem na hora da volta para casa, e que acabara “*em depredação e caos em SP*”.

Na *linha fina* da matéria daquele dia 7, o jornal dizia que os “*manifestantes fecharam avenidas, invadiram shoppings e deixaram rastros de destruição*”. Tal cenário criado buscava ainda qualificar os personagens, dizendo que “*pelo menos 50 pessoas ficaram feridas e 15 foram detidas*”. Ao lado, uma foto intitulada “*vandalismo*” na legenda.

Apenas nesse trecho inicial já é possível perceber o papel dado ao número na notícia, quantificando o total de manifestantes. Alguns são classificados como “*vândalos*”, que bloquearam o trânsito e provocaram confrontos com a polícia.

Para o *Estadão*, o primeiro dia de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus e metrô levou “caos” e “depredação” à cidade, causando um dos piores índices de congestionamento do ano. “Às 19h, havia 160 km de lentidão – a média é 138 km”, comparava o texto, apoiando-se na ordem de grandeza numérica e ressaltando o transporte individual.

Já na versão dos jornalistas, as manifestações de junho de 2013 foram inusitadas e totalmente inesperadas, demandando dos profissionais um tipo de cobertura que, até então, não era foco do jornal onde esses profissionais trabalhavam. “Junho foi algo completamente atípico, foi algo completamente diferente” conta Bruno Paes Manso, um dos mais experientes. Tal despreparo, porém, não se dava pelo ineditismo no fato em si, a saber os protestos do Movimento Passe Livre (MPL).

Manso lembra que os protestos do MPL já haviam ocorrido em gestões municipais anteriores, como a do ex-prefeito Gilberto Kassab, que também havia sido “perseguido”. “Então não era uma novidade pra gente, em tese”. “Era um assunto que não costumava inclusive ser coberto pelo jornal”, pois viam “os ‘malas’ do MPL como um protesto a mais dentre as dezenas que acontecem na cidade”.

Nessa apresentação inicial do relato do profissional, o primeiro a ser entrevistado, é possível aferir a linha editorial do *Estadão* ecoada na fala do jornalista. Nem o jornal nem seus empregados demonstravam interesse na cobertura das manifestações feitas pelos “malas” do MPL, que já haviam incomodado outros prefeitos com a principal reivindicação do movimento, a tarifa zero. O assunto era algo que, “inclusive”, não era um assunto “coberto” pelo jornal, afirma o jornalista em uma recorrência semântica que “inclui” o sujeito pertencente ao jornal, à empresa, ao mesmo tempo que “exclui” aquele que também se sente assim na sociedade.

Nesse sentido, uma vez que a voz vinda das ruas era silenciada, os números na cobertura das manifestações ganham uma importância para dar “dimensão, compor a matéria e contar a história”. É o que observa Caio do Valle que fez a cobertura das manifestações de 2013 “na retaguarda”, direto da Redação. Ele lembra que aí, “existia um confronto de dados, né? Porque a polícia, às vezes, divulgava um número de participantes, e o Passe Livre, outro”. Bruno Ribeiro, que cobriu nas ruas as manifestações de 2013 e de 2014 e concedeu a primeira entrevista para esta pesquisa na redação do *Estadão*, na companhia de do Valle, emenda citando uma brincadeira entre os jornalistas, de que “a Polícia pega o total e divide por dez e o MPL pega o total e multiplica por dez”.

Portanto, concomitante à técnica do “empacotador de frutas está a seleção de “cerejas” - ou seja, dos dados - que reforçam certa leitura sobre o fato - no caso, dando à manifestação um tom de perturbação da ordem pública. Tom esse, aliás, que permeou toda a cobertura do jornal sobre o fenômeno social, construindo argumentos que apontavam os culpados – o MPL e o prefeito Fernando Haddad – e também um herói – a polícia.

Na narrativa descritiva pelos jornalistas de como foi o primeiro dia de cobertura da manifestação em São Paulo, após o aumento da tarifa de transporte público, nota-se, inicialmente, certo descaso por parte do veículo sobre tal fenômeno. Segundo os cinco profissionais entrevistados, no início de 2015, diante do histórico de “*quebra-quebra*” do MPL, os protestos de 2013 iam virar “*uma notinha pequena*” ou um “*colunão*” e só se transformaram em “*capa do caderno*” à medida que, já à noite, perto do horário de fechamento do jornal, a violência entre os manifestantes e a Polícia cresceu e os protestos invadiram as ruas, podendo “*parar*” a cidade.

Ou seja, foi a ação da PM que fez o acontecimento tomar proporções. Com o passar dos dias de protesto, em junho de 2013, o protagonista de tanta violência ficou evidenciado como sendo a Polícia, e não os manifestantes. Ou seja, na visão dos jornalistas, o órgão estadual que deveria garantir a ordem e a segurança pública contribuiu de forma decisiva para ampliar a dimensão do movimento. Nesse embate, porém, o jornal silenciou-se, novamente, e elegeu outro assunto como alvo, uma vez que o confronto violento acabou atrapalhando o trânsito da cidade.

“*Tem uma coisa que é sagrada, assim, que é o trânsito né?*”, brinca Ribeiro, dando um tom de veneração ao transporte particular pela população e sinalizando que tal assunto vira notícia por causa do transtorno causado. “*Parou o trânsito! Então... Tudo pode parar. A água pode acabar, mas o trânsito não pode parar*”, ironiza, mais uma vez, referindo-se à mudança na decisão da chefia quanto à cobertura da manifestação e comparando a proporção do fato ligado à mobilidade individual àquele relacionado à crise hídrica que atinge, principalmente, o Estado de São Paulo e que “virou manchete” nos jornais apenas no início de 2015, após o período eleitoral.

Nota-se, na fala, como o jornalista, alinhado às normas do jornal, relega a relevância na cobertura de questões coletivas, como o transporte público e a água, silenciado tais reivindicações sociais. Ao admitir que a empresa jornalística possui certos valores e normas, o trabalhador reconhece que pode estar suscetível a essas pressões, censurando-se previamente.

Como resultado, “os textos que saíram no jornal naquela época, eles estão, eles não condiziam... É muito claro, entre estar lá e ver o jornal do dia seguinte”, finaliza. Nota-se, portanto, na fala do profissional como todo o processo de produção da notícia, desde a apuração até o texto, é “contaminado” por essa “linha editorial clara”, que parece ter uma figura espiritual de onipresença e onisciência, pois, mesmo não havendo nenhuma “orientação ideológica, política”, “a gente”, o jornalista, “sabe” o que deve ser considerado “no texto ou não”. Por essa “censura” prévia, “os textos” no jornal do dia seguinte “não condiziam” com a realidade vivida na noite anterior.

Em uma situação como essa, ao contrário, caberia ao profissional trazer ao cidadão os elementos sobre a situação da sociedade, naquele momento. Mas o que se viu foi um enquadramento da empresa midiática a partir do “óculos social”, conforme salienta Schaff (1976), ou os modelos e os padrões perceptivos com os quais os indivíduos enxergam o mundo, criando estereótipos. Ao fazer assim, o jornalista e a imprensa criam uma “realidade” que parece real, mas que, na verdade, fabrica os signos necessários para que o Jornalismo possa reafirmar os valores na sociedade para a qual a atividade serve.

Portanto, essa forma de concepção de Jornalismo relacionada com as rotinas de trabalho permite enxergar a prescrição como algo que não se resume a uma simples transferência de normas no mundo do trabalho, mas como uma construção de discurso social, produzidos e difundidos para o desenvolvimento do cidadão, imerso nessas contradições. Nelas, o papel do jornalista acaba sendo o de reafirmar a voz da empresa, com os profissionais fazendo escolhas consonantes à linha editorial.

“O problema é o ‘Mesquitinha’ que cada um leva dentro de si”, brinca Manso, citando uma frase do colega de trabalho Daniel Piza, morto em 2011, e que se refere à família Mesquita, maior acionista do Grupo Estado. Tal citação, de um renomado colunista e editor executivo do jornal, mostra como os jornalistas do *Estadão* não se reconhecem na dicotomia capital *versus* trabalho, deixando vazio o espaço que deveriam preencher em uma sociedade dividida pela relação de classe, pelas relações capitalistas e pela exploração.

Ao ecoar a fala de Piza, Manso revela as escolhas feitas no âmbito específico da atividade do corpo si (SCHWARTZ, 2007) no trabalho. E não sendo capaz de ser ator dessa transformação, o ser social tampouco é capaz de alterar os valores que constroem a sociedade, firmando aqueles já existentes. Assim, o princípio da renormalização da atividade de trabalho ocorre, mas reitera os valores sociais e ideológicos da linha editorial prescrita pelo jornal.

O sujeito, nesse caso, produz um discurso que identifica e qualifica o que se pode chamar de alienação do jornalista frente ao seu próprio trabalho. Ao se eximir de sua tarefa maior, que é o compromisso com a informação, o profissional passa a atender o que se julga conveniente à linha editorial do jornal. Citando Daniel Piza novamente, Manso diz que é como se a imprensa estivesse em um círculo vicioso, no qual “*a gente cria o mostro e depois não sabe o que fazer com ele*”.

Por isso, o fenômeno midiático e, portanto, a midiaticização ganha tanta relevância, uma vez que, na visão marxista, lembra Veroneze (*et al*, 2013) o processo de coisificação das relações sociais no capitalismo “gera a alienação do trabalho e, conseqüentemente, a alienação da vida social” (p. 4). “O produto do seu trabalho transforma-se em mercadoria, assim como o próprio trabalho que se vê refém do processo de exploração” (*ibid*). Trata-se de uma situação na qual “os valores essencialmente humanos perdem a sua característica ontológica para a valoração exacerbada do capital e das relações mercantilizantes” (Veroneze *et al*, 2013, p. 4).

Nessa lógica capitalista, os sujeitos reproduzem relações sociais de exploração. Assim, o capital empobrece os sentidos entre o ser social e busca conformar uma sociedade alienada, desconectada dos valores que o trabalho tem como criador e produtor de relações e de cultura.

Mas há, ainda, o método com as “comparações de bananas com laranjas”, ou de “alhos com bugalhos” - mais conhecida popularmente devido à influência da colonização portuguesa no Brasil - que pode ser o mais eficaz, ao fazer o falso parecer verdadeiro e o verdadeiro parecer falso. Essa técnica está relacionada à comparações esdrúxulas, que ocorre em diversos momentos. No *corpus* selecionado, pode-se empreender tal método, principalmente nas reportagens que recorrem a fatos históricos e comparativos com outros países, a fim de ilustrar o cenário brasileiro contemporâneo, sem considerar o contexto e as devidas comparações.

Nos exemplos, as reportagens sobre as últimas Copas do Mundo realizadas nos anos 2000, que não consideram a atualização dos valores nem a conjuntura política, econômica e social, de cada país em determinadas épocas. “*Copa de 2014 será a mais cara da história*”, trazia a edição do dia 19 de junho de 2013, no caderno de Esportes. A reportagem mostra que a Copa do Mundo de Futebol no Brasil seria “*três vezes mais cara que a de 2006 ou quatro vezes o que foi gasto em 2010*”. Essa informação é visualizada em um infográfico que mostra os valores, em termos nominais, gastos nos mundiais de futebol desde 2002.

Mas não há a informação sobre a fonte desses números, já em reais, e tampouco sobre se há um denominador exato para comparar tais dados, distantes no tempo, além de desconsiderar as especificidades históricas e geográficas de cada país que sediou a Copa nos anos 2000. Nessa reportagem, portanto, os números têm distorcido o aparente caráter informativo e servem para embasar uma estratégia do discurso, usando de falácias matemáticas que levam a certa mistura de “alhos com bugalhos”, relacionando assuntos vinculados entre si erroneamente.

Por exemplo, em comparações a outros mundiais, “*em 2006, a Alemanha gastou na época 3,7 bilhões de euros para sediar o que muitos apontam como a melhor Copa – aproximadamente R\$ 10,7 bilhões*”; “*em 2002, no Japão e na Coreia, o gasto de ambos os países juntos chegou a US\$ 4,7 bilhões, cerca de R\$ 10,1 bilhões*”. Não é dito, porém, se os dados em moeda local foram convertidos com base em qual taxa de câmbio e se a mesma foi atualizada considerando-se ainda a correção inflacionária.

A reportagem prossegue com uma projeção do governo brasileiro para os gastos referentes ao evento, de R\$ 28 bilhões, que representa “*um aumento de mais de 10%*” em relação à estimativa anterior. E mais: “*se comparado com previsões de 2011, o valor já é R\$ 6 bilhões acima, uma inflação de 27%*” - fazendo, aqui, um ajuste nos preços. Porém, o texto cita trecho da nota oficial, que explica que não se trata de um “*aumento no orçamento, já que ainda estaria dentro dos R\$ 33 bilhões de teto*”. Não houve, portanto, um aumento nos gastos, “*e sim evolução nos investimentos*”.

Além disso, um box de uma reportagem publicada no dia 16 de junho de 2013 mostrava, com base em números, o descaso do poder público com o sistema de transportes municipal. Tendo como *chapéu* a chamada “*Protestos em SP: Gestão da tarifa*”, a reportagem daquele dia relatava que “*Frota de ônibus encolhe, mas número de passageiros cresce 80% em 8 anos*”. No box, o título do texto “*Para lembrar*” recorda que “*em 1994, tarifa era de R\$ 0,50*”. Segundo o texto, “*nesses quase 20 anos, a inflação subiu 332%, enquanto o valor da tarifa aumentou 540%*”. Portanto, “*se o reajuste tivesse acompanhado a inflação do período, a tarifa hoje seria de R\$ 2,16*”, argumenta. Por meio desses exemplos, nota-se como os ajustes no tempo e no espaço só foram feitos quanto assim convinha ao *Estadão* - e não no esforço de garantir uma informação, permeada em números, de qualidade.

Com base nessas três técnicas de análise, estruturou-se, então, três eixos. Cada um deles sustenta as três categorias criadas, que serão apresentadas na sequência.

O primeiro eixo se dá no âmbito dos próprios números e é determinante para a representação desses enquanto signo. Parte-se da noção de que a quantificação da notícia apresenta a informação como uma forma de conhecimento, mas é também um ponto de vista cultural de uma instituição social.

Ou seja, a partir da produção de sentido através dos números, o emissor constrói suas representações no discurso. Nessa rede de sentidos, a influência do meio e o lugar do Outro é que vão determinar as práticas de significações e sistemas simbólicos que produzem significados aos números em uma sociedade marcada por formas cada vez mais renovadas de controle, que acabam gerando também a autocensura ou o silêncio e a omissão – imposta, no caso, pelo próprio jornalista.

O segundo eixo, portanto, se dá no âmbito do trabalho, e a maneira como o jornalista profissional se apropria da organização social da empresa e como ele estrutura as relações sociais de modo que fiquem desconfiguradas as classes distintas que constituem o sujeito. Há um alinhamento verticalizado, que impede a construção de uma relação positiva para o conhecimento, descumprindo certas funções sociais e políticas previstas pela atividade jornalística.

Nesse sentido, os próprios profissionais não se reconhecem no lugar social e, principalmente, não se sentem representados pela classe que os constituem. Nota-se que, na fala dos jornalistas entrevistados, por mais que eles manifestassem a vontade, o interesse, de associarem os protestos a notícias “boas”, existe certo conformismo, certa resignação, quanto à forma como a notícia deve ser representada em um dos jornais de maior audiência no país.

Essa naturalização da notícia, através dos números, e a interiorização da imagem superior que o jornal carrega e, consigo, o jornalista, é que ajuda a construir o ponto de vista ideológico e dominante. Aqui, cabe a reflexão sobre a pergunta: “Quem é o jornalista?”. A pesquisa *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista* (FÍGARO *et al*, 2013) mostrou que, mais do que mero vendedor, o jornalista deve entender a realidade e traduzir o mundo ao leitor. Além de tradutor, ele deve se aproveitar das “brechas” em seu trabalho, das renormalizações, para mudar realidades (ou “contrabandear informação”).

Porém, o jornalista, como qualquer outro trabalhador, trabalha a partir de valores e de escolhas. Nesse sentido, um terceiro eixo, o que considera o próprio ser social, fecha a base de sustentação em que foi construída essa pesquisa para a análise do objeto, visando categorizar a apreensão do sentido dos números no texto, a partir de certos critérios.

1.2.1 Categorizando os números

Os protestos de junho de 2013 surgiram, inicialmente, para contestar o aumento de R\$ 0,20 na tarifa de transporte público em São Paulo. Mas os atos foram ganhando apoio popular, em especial após a forte repressão da polícia contra os manifestantes, o que elevou a pauta de reivindicações para uma grande variedade de temas.

a revolta contra o aumento da passagem de ônibus, ao invés de traduzir-se na luta pela estatização das companhias de transporte público, desviou-se para uma pluralidade de reivindicações menores (FREDERICO, 2013, p.248).

Nesse sentido, “todos queriam ser protagonistas; ninguém mais queria ser ‘representado’” (*ibid*), refletindo “a crise de representação dos partidos e sindicatos” (*ibid*). Como consequência, o indivíduo fica “enredado no campo dominado pela mídia”, visando, com isso, “pautar a conduta individual” (p. 252). Tanto que, “não foi por mero acaso que a palavra de ordem gritada nas ruas - ‘vem pra rua, vem!’ - tenha replicado o *slogan* da propaganda de uma marca de carros que então era veiculada exaustivamente na TV” (*ibid*).

O descompasso entre os gastos públicos visando o grande evento esportivo que aconteceria em 2014 e a qualidade dos serviços públicos também ampliou a simpatia de grande maioria da população brasileira. Além disso, as redes sociais foram um canal de divulgação das manifestações, dando adesão ao movimento. Esse processo no Brasil seguiu a mesma lógica de “propagação viral” de protestos em outros países - como a Primavera Árabe e o Occupy Wall Street - com a internet “convocando” as pessoas.

Chauí (2013) avalia que a reivindicação específica ocorrida na capital paulista, capitaneada pelo Movimento Passe Livre (MPL), foi vitoriosa sob dois aspectos: reduzir a tarifa de transporte público, de volta aos R\$ 3,00, e definir a questão do transporte público no plano dos direitos do cidadão. O movimento, portanto, afirmou “a criação e defesa de direitos por intermédio da explicitação (e não do ocultamento) dos conflitos sociais e políticos”. Tratavam-se, portanto, conforme afirma Chauí (2013), de questões relacionadas “à situação da vida urbana nas grandes metrópoles brasileiras”.

Porém, esses problemas foram silenciados e passaram ao largo da cobertura jornalística do *Estadão* em relação às manifestações de junho de 2013 e também no que se refere à pauta sobre a Copa do Mundo um ano depois. Conforme se verificou, as reportagens publicadas no jornal estão fora de sintonia com a fala dos jornalistas, que vivenciaram a cobertura desses temas, seja nas ruas ou da redação, mas que foram silenciadas.

Dessa forma, o que se pretende, a partir das categorias propostas, é aferir que somente em um contexto sem a interferência de interesses comerciais e/ou de outra natureza é que os números podem se transformar em um recurso jornalístico, informando e compondo a notícia, sem perder a sua essência matemática. Para identificar a forma como o processo com a verdade pode ser interrompido, por causa de certas influências na informação, é preciso considerar o incentivo. Ou seja, explica Levitt (2007), algo capaz de encorajar o sujeito a agir de outro modo, colocando em conflito o desejo individual e as normas sociais.

A primeira categoria de análise sobre a construção de sentido a partir dos números é chamada de “**porta de entrada**” e está relacionada ao uso de ferramentas referentes ao *acesso*. Esse grupo refere-se à análise que parte do critério de notícias que usam os números como “chamada”, elegendo temas centrais de interesse e potencializando seu valor a partir desse recurso, ainda que obtido por meio de fontes duvidosas. Portanto, essa categoria de análise considera que possuir uma variedade de informações de uma maneira confiável, preferencialmente com empiria científica, é o passo inicial para a checagem da veracidade dos números, e seu consequente uso no texto para dimensionar os fatos, sem influências.

De posse dos números corretos, pode-se partir para a segunda categoria, “**olho vivo**” que está relacionada à *observação*. Nela, tem-se que após a busca das mais diferentes formas de obter representações numéricas sobre os acontecimentos, é preciso extrair e limpar esses números. Trata-se, portanto, de saber representar seu valor na construção da realidade, relatando os fatos de forma isenta e colocando o texto jornalístico na posição de terceira pessoa, uma testemunha imparcial que constrói métodos objetivos sobre a questão. Reconhece-se, com isso, o jogo de signos que, juntamente com as palavras, muitas vezes não captura a imagem exata do ocorrido, rompendo com o fato.

Nesse segundo grupo, considera-se que o *acesso* a uma rede verossímil de informação, combinado com uma adequada extração e limpeza de tudo o que for descrito com números, permite uma interpretação e visualização de fatos, transformados a partir da *observação* de dados, relatados em texto. Ao se conseguir descrever o que os números representam, é possível investigar os méritos de questões interessantes.

Essa premissa da *investigação* define a terceira categoria, “**de fôlego**”, a qual se propõe definir perguntas simples nunca dantes formuladas para narrar a notícia a partir do *lead* correto. Esta categoria engloba as reportagens que buscam traduzir os fatos no calor

dos acontecimentos a partir do *acesso* a fontes e da *observação* dos fatos, processos com certas distorções, que podem tendenciar no resultado da *investigação*.

Nesse sentido, essas categorias estão fortemente ligadas ao que hoje se chama de Jornalismo de Dados, no qual o tradicional “faro jornalístico” e a habilidade de contar uma história são envolvidos com a escala e o alcance da informação a partir de qualquer grupo de números. A forte parceria pelo “Open Data” trabalha para usar dados abertos de forma eficaz.

Porém, apoiar-se em dados - ou seja, números já representados a partir de certa medição - para explicar como algum fato se relaciona ao indivíduo pode também revelar um processo de construção da notícia em que o compartilhamento de qualquer fonte pode moldar e/ou restringir os contextos e questões. Isso significa dizer que ao tentar se despir da visão dos números como uma caverna obscura, pode-se encontrar uma infinidade de verdades sobre o mundo.

Por isso, a categorização de uma vasta base dos dados obtidos e apurados permite fazer com que a notícia represente o mais neutro e fiel sobre a realidade assistida, classificando o material coletado a partir do *acesso*, da *observação* e da *investigação*. A ampliação desse olhar sobre o mundo permite resgatar a informação de qualidade, acessível e apresentável. Tais valores, porém, quando submetidos às forças políticas e econômicas, são capazes de turvar essa visão de informação isenta, trapaceando ou até roubando a missão do jornalista.

Dessa forma, entende-se que o problema em relação ao uso dos números para a construção da objetividade no Jornalismo parece ser mais o de controlar ou remodelar as formas pelas quais as pessoas se comunicam, empurrando-as na direção das ideologias dominantes. Assim, somente em um ambiente em que haja dedicação mais profunda à interpretação, à criação de relações e à tradução das informações guardadas dentro dos números, é que poderá haver um discurso com relação direta com a verificação e a apuração dos fatos, informando para o conhecimento sem comprometer os sentidos.

Portanto, cabe ao jornalista buscar rearranjos profissionais e de sustentação financeira que lhe permitam desenvolver seu trabalho com o olhar fixo nos valores que identificam o Jornalismo como prática social voltada aos direitos do cidadão à informação, para a consolidação da democracia. Nessa acepção, o jornalista pode garantir credibilidade e manter-se com identidade profissional.

Só assim, é possível construir um discurso no qual a verificação e apuração dos fatos têm o compromisso de informar para o conhecimento. Nesse contexto, os números têm seu real valor.

2. Referências bibliográficas:

CHAUÍ, M. “As manifestações de junho de 2013 em São Paulo”. **Revista Teoria e Debate**, edição 113, 27 de junho de 2013.

FREDERICO, C. “Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos”. *Estud. av.*[online]. 2013, vol. 27, n. 79, pp. 239-255.

FÍGARO, R. (org.). **As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista**. São Paulo: Salta, 2013.

LEVITT, S. DUBNER, S. **Freakonomics: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SEIFE, C. **Os números (não) mentem** - Como a matemática pode ser usada para enganar você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SCHAFF, A. **Linguagem e Conhecimento**. Coimbra: Almedina, 1976.

SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. **Trabalho & Ergologia**. Rio de Janeiro: Eduff, 2007.

VERONEZE, R. T. (*et al*). “As bases sócio-históricas da ontologia do ser social: o trabalho”. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2013.